

Projeto de Lei N°

“Institui a Lei Orgânica do Município de Bias Fortes – MG”

A Câmara Municipal de Bias Fortes, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em sessão de..... de 1990, promulga a presente Lei Orgânica do Município de Bias Fortes, com as disposições seguintes:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Capítulo I

Do Município

Art. 1º - O Município de Bias Fortes-MG, é uma unidade do território do Estado, com personalidade jurídica do direito público interno e autonomia, nos termos assegurados pela Constituição Federal.

Art. 2º - Os limites do território só podem ser alterados na forma estabelecida na Constituição Federal.

Parágrafo Único – A criação, organização e supressão de distritos compete ao Município, observada a legislação estadual.

Art. 3º - São símbolos do Município de Bias Fortes a Bandeira do Município, o Hino e outros estabelecidos em Lei Municipal.

Capítulo II

Da Competência

Art. 4º - Ao Município de Bias Fortes compete:

I – Dispor sobre assuntos de interesse local, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

1 – elaborar o orçamento, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado;

2 – instituir e arrecadar os tributos de sua competência e fixar e cobrar preços;

3 – arrecadar e aplicar as rendas que lhe pertencerem, na forma da Lei;

4 – organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os seus serviços públicos;

5 – dispor sobre administração, utilização e alienação de seus bens;

6 – adquirir bens, inclusive através de desapropriação por necessidade, utilidade ou por interesse social;

- 7 – elaborar o seu plano diretor;
 - 8 – promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
 - 9 – estabelecer as servidões necessárias aos seus serviços;
 - 10 – regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano:
 - a) fixar e sinalizar os locais de estacionamentos de veículos, os limites das “Zonas de Silêncio” e de trânsitos e tráfego em condições especiais;
 - b) disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;
 - c) disciplinar a execução dos serviços públicos e atividades neles desenvolvidas;
 - 11 – sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;
 - 12 – prover sobre limpeza de vias e logradouros, remoção e destino do lixo domiciliar e dos outros resíduos de qualquer natureza;
 - 13 – ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horário para funcionamento de estabelecimentos industriais, e similares, observando as normas federais pertinentes;
 - 14 – dispor sobre o serviço funerário e cemitério, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos;
 - 15 – prestar serviços de atendimento à saúde da população, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;
 - 16 – manter programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;
 - 17 – regulamentar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda nos devidos locais;
 - 18 – dispor sobre depósito e destino de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;
 - 19 – dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade, precípua de erradicação da raiva e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;
 - 20 – instituir regime jurídico único para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas, bem como planos de carreira;
 - 21 – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;
 - 22 – promover e incentivar o turismo local, como fator de desenvolvimento social e econômico;
 - 23 – quanto aos estabelecimentos industriais, comerciais e similares:
 - a) conceder ou renovar licença para instalação, localização e funcionamento;
 - b) revogar a licença daqueles cujas atividades se tornem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação ou aos bons costumes;
 - c) promover o fechamento daqueles que funcionarem sem licença ou em desacordo com a Lei;
 - d) fica proibida a concessão de alvará para funcionamento de zona boêmia ou qualquer similar que contrariem os princípios da família biasfortense.
 - 24 – estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;
- II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Art. 5º - Ao Município de Bias Fortes compete, em comum com a união e com o Estado e com o Distrito Federal, observando as normas de cooperação fixadas na Lei Complementar:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II – cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, independente de raça e partidos políticos a que pertencem;
- III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, e os sítios arqueológicos;
- IV – impedir a evasão, destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;
- V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e a ciência;
- VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração dos setores desfavorecidos;
- XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

TÍTULO II

Da Organização dos Poderes Municipais

Capítulo I

Seção I

Da Câmara Municipal

Art. 6º - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores, eleitos através de sistema proporcional, dentre cidadãos maiores de 18 anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto.

Parágrafo 1º - Cada Legislatura terá a duração de 4 (quatro) anos.

Parágrafo 2º - O número de vereadores à Câmara Municipal será proporcional à população do Município de Bias Fortes observados os limites estabelecidos na Constituição da República.

Art. 7º - Cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias, de competências do Município e especialmente:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual;
- II – legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;
- III – votar o orçamento anual e plurianual de investimento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;
- IV – deliberar sob obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;
- V – autorizar a concessão de auxílios e subvenções;
- VI – autorizar a concessão de serviços públicos;
- VII – autorizar a concessão de direito real de uso de bens municipais;
- VIII – autorizar a concessão de direito real de uso de bens municipais;
- IX – autorizar a alienação de bens imóveis;
- X – autorizar a aquisição de bens móveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;
- XI – dispor sobre a criação, organização e supressão de distritos mediante prévia consulta plebiscitária;
- XII – criar, alterar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da Câmara;
- XIII – aprovar o plano diretor;
- XIV – autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;
- XV – delimitar o perímetro urbano;
- XVI – autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
- XVII – exercer com o auxílio do tribunal de contas do Estado, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município.

Art. 8º - À Câmara compete, privativamente, as seguintes atribuições:

- I – eleger sua mesa, bem como destituí-la na forma regimental;
- II – elaborar o regime interno;
- III – organizar os seus serviços administrativos;
- IV – dar posse ao Prefeito e ao Vice-prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;
- V – conceder licença ao Prefeito, ao Vice-prefeito, e aos Vereadores para afastamento do cargo;
- VI – autorizar o Prefeito, por necessidade de serviço, ausentar-se do Município por mais de 15 dias;
- VII – fixar os subsídios e a verba de representação do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Vereadores;
- VIII – solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração;
- IX – convocar os secretários e assessores, e assessores municipais, para prestarem informações sobre matéria de sua competência;
- X – autorizar referendo e plebiscito;
- XI – julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em Lei;
- XII – fica o Prefeito autorizado a ausentar-se do Município por 15 dias, sem prévia autorização do Legislativo, observando o disposto do item VI no máximo uma vez por mês;

XIII – decidir sobre a perda do mandato do Vereador, por voto secreto e maioria de dois terços nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do artigo 15 mediante provocação da mesa diretora ou de partido político representado na sessão.

XIV – o Vereador a ser julgado não terá direito a voto.

Parágrafo 1º - A Câmara Municipal delibera, mediante resolução, sobre assunto de sua economia interna e nos demais casos de sua competência privativa, por meio legislativo, através de votação.

Parágrafo 2º - É fixado em 30 dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelo poder Legislativo na forma do disposto na presente Lei.

Parágrafo 3º - O não atendimento ao prazo estipulado no parágrafo anterior, faculta ao Presidente da Comissão solicitar, na conformidade de legislação federal, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a Legislação.

Art. 9º - Cabe, ainda à Câmara, conceder título de cidadão honorário a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços ao Município, mediante decreto legislativo, aprovado pelo voto de no mínimo, dois terços de seus membros.

Seção II

Dos Vereadores

Art. 10 – No 1º ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, às 10 horas, em sessão solene de instalação, independente do número, sob a presidência do vereador mais votado dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

Parágrafo 1º - O Vereador que não tomar posse, na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salve motivo justo aceito pelo Câmara.

Parágrafo 2º - No ato da posse os Vereadores deverão desincompatibilizar-se. Na mesma ocasião, e ao término do mandato, deverão fazer declaração de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo.

Art. 11- O mandato de Vereador será remunerado, na forma fixada pela Câmara Municipal, em cada legislatura, para subsequente, estabelecido como limite máximo o valor percebido como remuneração, em espécie, pelo prefeito.

Art.12- O vereador poderá licenciar-se somente.

I - por moléstia devidamente comprovada ou em licença-gestante:

II - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município.

III - Para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, nunca inferior a trinta dias, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

Parágrafo Único – Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos Incisos 1 e 2.

Art. 13 – Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, na circunscrição do Município de Bias Fortes.

Art. 14- O Vereador não poderá:

I – desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível “ad nutum” nas entidades constantes da alínea anterior;

II- desde a posse:

- a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo ou função de que seja demissível, nas entidades referidas no inciso I, “a”;
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a inciso “a”;
- d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

Art. 15 – Perderá o mandato o Vereador:

- I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à sexta parte das sessões ordinárias da Casa, salvo licença ou missão por esta autorizada;
- IV – que perder ou tiver suspensos os direitos públicos;
- V - quando decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição;
- VI - que sofrer condenação criminal em sentença definitiva e irrecorrível.

Parágrafo 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definitivos, no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas.

Parágrafo 2º - O Vereador investido no cargo de secretário Municipal não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado.

Art. 16 – No caso de vaga ou de licença de Vereador, o Presidente convocará imediatamente o suplente.

Parágrafo 1º - O Suplente convocado deverá tomar posse, dentro do prazo de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

Parágrafo 2º - Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato dentro de quarenta e oito horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 17 – Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Seção III

Da Mesa da Câmara

Art. 18 – Imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais votado dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

Parágrafo Único – Não havendo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 19 – A eleição para a renovação da Mesa realizar-se-á sempre no primeiro dia da sessão legislativa, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

Parágrafo Único – Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, omissivo e ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro vereador para complementar o mandato.

Art. 21 – À Mesa dentre outras contribuições, compete:

I – propor Projetos de Lei que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

II – elaborar e expedir, mediante Ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário;

III – apresentar Projetos de Lei dispendo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação da Câmara;

IV – suplementar, mediante Ato, as dotações do orçamento da Câmara, observando o limite da autorização constante na Lei Orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

V – devolver à tesouraria da Prefeitura o saldo da caixa existente na Câmara ao final do exercício;

- VI – enviar ao Prefeito, até o dia primeiro de março as contas do exercício anterior;
- VII – nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, por em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários ou servidores da Secretaria da Câmara, nos termos da Lei;
- VIII – declarar a perda do mandato de Vereador de ofício ou por provocação de qualquer de seus membros ou, ainda, de partido político representado na Câmara, nas hipóteses previsto legislativos, bem como as leis com sanção assegurada plena defesa.

Art. 22 – Ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, compete:

- I – representar a Câmara em juízo ou fora dele;
- II – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos;
- III – interpretar e fazer cumprir o regimento Interno;
- IV – promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário;
- V – fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as Leis por ele promulgados;
- VI – declarar a perda do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em Lei, salvo as hipóteses dos incisos III e IV, do artigo 15 desta Lei;
- VII – requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara e aplicar as disponibilidades financeiras no mercado de capitais;
- VIII – apresentar ao plenário até o dia 20 de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas do mês anterior;
- IX – representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;
- X – solicitar a intervenção, no Município nos casos admitidos pela constituição do Estado;
- XI – manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim.

Art. 23 – O Presidente da Câmara ou seu substituto só terá voto:

- I – na eleição da Mesa, e nas comissões, através do voto secreto;
- II – quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;
- III – quando houver empate em qualquer votação no Plenário.

Parágrafo 1º - Não poderá votar o vereador que tiver interesse pessoal na deliberação, anulando-se a votação se o seu voto for decisivo.

Parágrafo 2º - O voto será sempre público nas deliberações da Câmara, exceto nos seguintes casos:

- 1 – no julgamento dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- 2 – na eleição dos membros da Mesa e nos substitutos, bem como no preenchimento de qualquer vaga;
- 3 – na votação de decreto legislativo para concessão de qualquer honraria;
- 4 – na votação de veto apostado pelo Prefeito.

Seção IV

Da Sessão Legislativa Ordinária

Art.24 – Independentemente de convocação, a sessão legislativa anual desenvolve-se:

Parágrafo 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

Parágrafo 2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo 3º - A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes conforme dispuser o seu Regimento Interno, e se remunerará de acordo com o estabelecido na legislação específica.

Parágrafo 4º - As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Câmara em sessão ou fora dela, na forma regimental.

Art. 25 – As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo relevante e preservação do decoro parlamentar.

Art.26 – As sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara.

Seção V

Da Sessão Legislativa Extraordinária

Art. 27 – A convocação extraordinária da Câmara Municipal, far-se-á:

- I – pelo Prefeito, quando este entender necessária,
- II – pela maioria dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Único – Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada.

Seção VI

Das Comissões

Art. 28 – A Câmara terá comissões permanentes constituídas na forma das atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar a sua criação.

Parágrafo 1º - Em cada comissão será assegurada, quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

Parágrafo 2º - Às comissões em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar Projeto de Lei que dispensa, na forma do Regimento, a competência do Plenário, salvo com recurso de um quinto dos membros da Câmara;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Secretários e Assessores Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV – acompanhar, junto ao governo, atos de regulamentação, velando por sua completa adequação;

V – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VI – acompanhar junto à Prefeitura a elaboração da Proposta Orçamentária, bem como a sua posterior execução;

VII – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VIII – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

IX – as comissões serão as seguintes:

a) Finanças, Justiça e Legislação;

b) Viação e obras públicas;

c) Agricultura, indústria e comércio;

d) Educação e saúde pública.

Seção VII

Do Processo Legislativo

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 29 – O processo legislativo compreende:

I – A Lei Orgânica do Município;

II – Leis Complementares;

III – Leis Ordinárias;

IV – Leis Delegadas;

V – decretos Legislativos;

VI – resoluções.

Subseção II

Das Emendas a Lei Orgânica

Art. 30 – A Lei orgânica do Município será emendada mediante propostas:

I – do Prefeito

II – de dois terços no mínimo dos membros da Câmara Municipal

Parágrafo 1º - A proposta de emenda à Lei Orgânica será votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo 2º - A emenda aprovada nos termos deste artigo será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal com o respectivo número de ordem.

Parágrafo 3º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada, ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Subseção III

Das Leis

Art. 31 – As Leis complementares exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, independente do número de Vereadores presentes.

Parágrafo Único – São Leis complementares as concernentes às seguintes matérias:

- I – Código Tributário do Município;
- II – Código de obras ou edificações;
- III – Estatuto dos servidores municipais;
- IV – Criação de cargos e reajuste de vencimentos dos servidores;
- V – Plano diretor do Município;
- VI – Zoneamento urbano e direitos suplementares de uso e ocupação de solo;
- VII – Concessão de serviços públicos;
- VIII – Concessão de direito real de uso;
- IX – Alienação de bens imóveis;
- X – Aquisição de bens imóveis por doação com encargo;
- XI – Autorização para obtenção de empréstimos particulares;

Art. 32 – As Leis Ordinárias exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 33 – As delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar delegação à Câmara Municipal.

Parágrafo 1º - Não será objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Câmara Municipal, a matéria reservada à Lei Complementar e à Legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Parágrafo 2º - A delegação do Prefeito terá forma de resolução de Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

Parágrafo 3º - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Câmara, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 34 – A votação e a discussão da matéria constante da ordem do dia só poderão ser efetuadas com a presença de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Único – A aprovação da matéria colocada em discussão dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à sessão, ressalvados os casos previstos nesta Lei.

Art. 35 – A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito a qualquer membro ou comissão da Câmara e aos cidadãos, observados os dispostos nesta Lei.

Art. 36 – Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de Lei que disponham sobre:

- I – Criação, extinção e transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica;
- II – fixação ou aumento de remuneração dos servidores;
- III – regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;
- IV – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;
- V – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.

Art. 37 – É da competência exclusiva da Câmara a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

- I – criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos de seus servidores;
- II – fixação ou reajuste de remuneração de seus servidores;
- III – organização e funcionamento dos seus servidores.

Art. 38 – Não será admitido aumento da despesa prevista:

- I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvando o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 136;
- II – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 39 – A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal, do Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado municipal.

Parágrafo 1º - A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se, para seu recebimento, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral.

Parágrafo 2º - A tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo estabelecidas nesta Lei.

Art. 40 – O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Parágrafo Único – Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no “canut” desta artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, com exceção do disposto no artigo 47 e no parágrafo 4º, do artigo 43.

Art. 41 – O Projeto aprovado em dois turnos de votação será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo Presidente da Câmara ao Prefeito que, concordando o sancionará e promulgará, no prazo de 15(quinze) dias úteis.

Parágrafo Único – Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

Art. 42 – Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados na data do recebimento e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

Parágrafo 1º - O veto deverá ser sempre justificado e, quando parcial, abrangerão o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso e de alínea.

Parágrafo 2º - As razões aduzidas no veto serão apreciadas no prazo de 30 (trinta) dias contados de seu recebimento, em sua única discussão.

Parágrafo 3º - O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos vereadores.

Parágrafo 4º - Esgotado sem deliberação o prazo previsto no parágrafo 2º deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia na sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as matérias de que tratam o artigo 47 e o parágrafo 1º, do artigo 41.

Parágrafo 5º - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito em 48(quarenta e oito) horas, para a promulgação.

Parágrafo 6º - Se o Prefeito não promulgar a lei em 48(quarenta e oito) horas nos casos de sanção tácita ou rejeição do veto, o Presidente da Câmara a promulgará e se este não o fizer, caberá ao vice-prefeito, em igual prazo, fazê-lo.

Parágrafo 7º - A lei promulgada nos termos do parágrafo anterior produzirá efeitos a partir de sua publicação.

Parágrafo 8º - Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número de Lei original, observando o prazo estipulado no parágrafo 6º.

Parágrafo 9º - A manutenção de veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

Parágrafo 10º - NA apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art.43 – A matéria constante no Projeto de Lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na próxima reunião ordinária mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Prefeito, que serão sempre submetidos à deliberação da Câmara.

Art 44 – O Projeto de Lei que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões, será tido como rejeitado.

Art 45 – Em caso de relevância e urgência, o Prefeito poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, as quais serão submetidas, de imediato, à Câmara Municipal, para conversão em lei.

Art. 46 – As medidas provisórias perderão eficácia, desde a sua edição, se não forem convertidas em Lei no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação.

Parágrafo Único – A Câmara Municipal disciplinará as relações jurídicas decorrentes das medidas provisórias não convertidas em lei.

Subseção IV

Dos Decretos Legislativos e Das Resoluções

Art. 47 – O projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular matéria de competência exclusiva da Câmara, que produza efeitos externos, não dependendo, porém de sanção do Prefeito.

Parágrafo Único – O decreto legislativo aprovado pelo plenário, em um só turno de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.

Art. 48 – O Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, e não depende de sanção do Prefeito.

Parágrafo Único – O Projeto de Resolução aprovado pelo plenário, em um só turno de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.

Seção V

Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial

Art. 49 – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia da receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo 1º - Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária.

Parágrafo 2º - Fica assegurado o exame e apreciação das contas do Município, durante 60 (sessenta) dias, anualmente, por qualquer contribuinte, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, na forma da Lei.

Capítulo II

DO PODER EXECUTIVO

Seção I

Do Prefeito e Do Vice-Prefeito

Art. 50 – O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários e Assessores.

Art. 51 – O Prefeito e o Vice-Prefeito, registradas as respectivas candidaturas conjuntamente, serão eleitos simultaneamente, por eleição direta, em sufrágio universal e secreto, até noventa dias antes do término do mandato de seu antecessor, dentre brasileiros maiores de 21 (vinte e um) anos e no exercício de seus direitos públicos.

Art.52 – O Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão compromisso, tomarão posse e assumirão o exercício na sessão solene de instalação da Câmara Municipal, no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição.

Parágrafo 1º - Se, decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Parágrafo 2º - Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito, e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara.

Parágrafo 3º - No ato da posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, as quais serão transcritas em livro próprio constando se ata o seu resumo.

Parágrafo 4º - O Prefeito e o Vice-Prefeito, este quando remunerado, deverão desincompatibilizar-se, no ato da posse; quando não remunerado, o Vice-Prefeito cumprirá essa exigência ao assumir o exercício do cargo.

Art. 53 – O Prefeito não poderá, desde a posse, sob pena de perda do cargo:

I – firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade ou economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II – aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível “ad notum”, nas entidades constantes do inciso anterior, ressalvada a posse em virtude de concurso público;

III – ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo;

IV – patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades já referidas;

V – ser proprietária, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

Art. 54 – Será de 4 (quatro) anos o mandato do Prefeito e de Vice-Prefeito, a iniciarse no dia 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

Art.55 – São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, Prefeito, o Vice-Prefeito, e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores à eleição.

Art. 56 – Para concorrerem a outros cargos eletivos, o Prefeito e o Vice-Prefeito devem renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito.

Art. 57 – O Vice-Prefeito substitui o Prefeito em caso de licença ou impedimento, e o sucede no caso de vaga ocorrida após a diplomação.

Parágrafo 1º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado para missões especiais.

Parágrafo 2º - O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituí-lo, sob pena de extinção do respectivo mandato.

Art. 58 – Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, assumirá o Presidente da Câmara.

Era. 59 – Vagando os cargos do Prefeito e do Vice-Prefeito, far-se-á eleição 90 (noventa) dias depois de aberta e última vaga.

Parágrafo 1º - Ocorrendo a vacância nos dois últimos anos do mandato, a eleição para ambos os cargos será feita pela Câmara Municipal, 30 (trinta) dias depois de aberta a última vaga, na forma da Lei.

Parágrafo 2º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos seus antecessores.

Art. 60 – O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do cargo, salvo período não superior a 15 (quinze) dias.

Art. 61 – O Prefeito não poderá licenciar-se:

- I – quando em serviço ou em missão de representação do Município, devendo enviar à Câmara relatório circunstanciado dos resultados de sua viagem;
- II – quando impossibilitado do exercício do cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

Parágrafo Único – Nos casos deste artigo, o Prefeito licenciado terá direito ao subsídio e à verba de representação.

Art. 62 – A remuneração do Prefeito será fixada pela Câmara Municipal, para cada legislatura e até o seu término, não podendo ser inferior ao maior padrão de vencimento estabelecido para o funcionário do Município, no momento da fixação, e respeitados os limites estabelecidos na Constituição do Estado, e estando sujeita aos impostos gerais, inclusive o de renda e outros extraordinários, sem distinção, de qualquer espécie.

Art. 63 – A verba de representação do Prefeito será fixada anualmente pela Câmara e não poderá exceder de dois terços do valor do subsídio.

Art. 64 – A verba de representação do Vice-Prefeito não poderá exceder da metade da fixada para o Prefeito.

Art. 65 – A extinção ou cassação do mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabilidade do Prefeito ou seu substituto, ocorrerão na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica e na legislação federal.

Seção II

Das Atribuições do Prefeito

Art. 66 – Ao Prefeito compete privativamente:

- I – nomear e exonerar os Secretários Municipais;
- II – exercer, com o auxílio dos Secretários e Assessores municipais, a direção superior da administração Municipal;
- III – estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município;
- IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
- V – representar o Município, em juízo ou fora dele, por intermédio da Procuradoria-Geral do Município, na forma estabelecida em lei especial;
- VI – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir regulamentos para sua fiel execução;
- VII – vetar, no todo ou em parte, projetos de lei. Na forma prevista nesta Lei Orgânica;
- VIII – decretar desapropriação e instituir servidões administrativas, observando o disposto em Lei;
- IX – expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;
- X – permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros;

- XI – permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros;
- XII – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da Lei;
- XIII – prover e extinguir os cargos públicos municipais, na forma da lei, e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;
- XIV – remeter mensagem e plano de governo à Câmara por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;
- XV – enviar à Câmara o projeto de lei do orçamento anual das diretrizes orçamentárias e do orçamento plurianual de investimentos;
- XVI – encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado até o dia 31 de março de cada ano, a sua prestação de contas, a da mesa da Câmara, bem como os balanços do exercício findo;
- XVII – encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;
- XVIII – fazer publicar os atos oficiais;
- XIX – prestar à Câmara, dentro de trinta dias, as informações solicitadas na forma regimental;
- XX – superintender a arrecadação dos tributos e preços, bem como a guarda, a aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;
- XXI – colocar à disposição da Câmara, dentro de 15 (quinze) dias de sua requisição, as quantias que devem ser despendidas de uma só vez, e até o dia 25(vinte e cinco) de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária;
- XXII – aplicar multas previstas em lei e contratos, bem como relevá-las quando impostas irregularmente;
- XXIII – resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos;
- XXIV – oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, os logradouros públicos;
- XXV – dar denominação a próprios municipais e logradouros públicos;
- XXVI – aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;
- XXVII – solicitar o auxílio da Polícia do Estado para a garantia de cumprimento de seus atos;
- XXVIII – editar medidas provisórias com força de lei, nos termos desta Lei Orgânica;
- XXIX – convocar e presidir o Conselho do Município;
- XXX – decretar o estado de emergência quando for necessário preservar ou prontamente restabelecer, em locais determinados e restritos do Município de Bias Fortes a ordem pública ou a paz social;
- XXXI – elaborar o plano diretor;
- XXXII – conferir condecorações e distinções honoríficas;
- XXXIII – exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica.

Parágrafo Único – O Prefeito não poderá delegar por decreto, aos Secretários Municipais e Assessores, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva.

Art. 67 – Uma vez em cada sessão legislativa o Prefeito poderá submeter à Câmara Municipal medidas legislativas que considere programáticas e de relevante interesse municipal.

Seção III

Da Responsabilidade do Prefeito

Art. 68 – São crimes de responsabilidade os atos do Prefeito que atentarem contra esta lei orgânica e especialmente:

- I – a existência da União, do Estado e do Município;
- II - o livre exercício do Poder Legislativo;
- III – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV – a probidade na administração;
- V – a lei orçamentária;
- VI – o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo Único – Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Art. 69 – Depois que a Câmara Municipal declarar a admissibilidade da acusação contra o Prefeito, pelo voto de dois terços de seus membros será ele submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça da Estado, nas infrações penais comuns e perante à Câmara, nos crimes de responsabilidade.

Art. 70 – O Prefeito ficará suspenso de suas funções:

- I – nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Tribunal de Justiça da Estado;
- II – nos crimes de responsabilidade, após instauração de processo pela Câmara Municipal;

Parágrafo 1º - Se, decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Prefeito, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo;

Parágrafo 2º - Enquanto não sobreviver sentença condenatória nas infrações comuns, o Prefeito não estará sujeito a prisão.

Parágrafo 3º - O Prefeito, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

Seção IV

Dos Secretários Municipais e Assessores

Art. 71 – Os Secretários Municipais serão escolhidos dentre brasileiros maiores de 21 (vinte e um) anos, residentes no Município e no exercício dos direitos políticos;

Art. 72 – A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias.

Art. 73 – Compete ao Secretário Municipal, além das atribuições que esta Lei Orgânica e as leis estabelecerem

I- exercer a orientação, coordenação ,e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal, na área de sua competência;

II – referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito, pertinentes à sua área de competência;

III – apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados na Secretária;

IV – praticar os atos pertinentes às as atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;

V – expedir instruções para a execução das leis, regulamentos e decretos.

Art. 74 – A competência dos Secretários Municipais abrangerá todo o território do Município, nos assuntos pertinentes às respectivas Secretarias.

Art 75 – Os Secretários serão sempre nomeados em comissão, farão declaração pública de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo, e terão os mesmos impedimentos dos vereadores e do Prefeito , enquanto nele permanecerem .

Seção V

Do Conselho do Município

Art. 76 – O Conselho do Município é órgão superior de consulta do Prefeito e dele participam:

I –O Vice-Prefeito;

II –O Presidente da Câmara Municipal;

III –Os líderes da maioria e da minoria na Câmara Municipal ;

IV – 6 (seis) cidadãos brasileiros, com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade , sendo 3 (três) nomeados pelo Prefeito e 3 (três) eleitos pela Câmara Municipal, todos com mandato de 3 (três) anos, vedada a recondução;

V – membro das Associações Representativas de Bairros devidamente documentado, por estas indicado para o período de 3 (três) anos , vedada recondução.

Art . 77 – Compete ao Conselho do Município pronunciar –se sobre questões de relevante interesse para o Município.

Art -78 – O Conselho do Município será convocado pelo Prefeito , sempre que entender necessário .

Parágrafo Único – O Prefeito poderá convocar Secretário Municipal para participar da reunião do Conselho , quando constar da pauta questão relacionada com a respectiva Secretária .

Título III

Da Organização do Governo Municipal

Capítulo I

Do Planejamento Municipal

Art . 79 – O Município deverá organizar a sua administração ,exercer suas atividades e promover sua política de desenvolvimento urbano dentro de um processo de planejamento permanente , atendendo aos objetivos e diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e mediante adequado Sistema de Planejamento .

Parágrafo 1º- O Plano Diretor é instrumento orientador e básico dos processos de transformação do espaço urbano e de sua estrutura territorial ,servindo de referencia para todos os agentes públicos e privados que atuam na cidade .

Parágrafo 2º- Sistema de Planejamento é o conjunto de órgãos , normas , recursos humanos e técnicos voltados à coordenação da ação planejada da Administração Municipal .

Parágrafo 3º- Será assegurada, pela participação em órgão competente do Sistema de Planejamento, a cooperação de Associações representativas, legalmente organizadas, com o planejamento municipal.

Art. 80 – A delimitação da zona urbana será definida por Lei, observando o estabelecido no Plano Diretor.

Capítulo II

Da Administração Municipal

Art. 81 – A administração municipal compreende:

I – Administração Direta: Secretarias ou órgãos equiparados;

II – Administração Indireta ou Fundacional: entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

Parágrafo Único – As entidades compreendidas na Administração Indireta serão criadas por lei específica e vinculadas às Secretarias ou órgãos equiparados, em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

Art.82 – A Administração Municipal, direta ou Indireta, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Parágrafo 1º - Todo órgão ou entidade Municipal prestará aos interessados, no prazo da Lei sob pena de responsabilidade funcional, as informações de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível, nos casos referidos na Constituição Federal.

Parágrafo 2º - O atendimento à petição formulada em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como a obtenção de certidões junto a repartições

públicas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, independerá de pagamento de taxas.

Parágrafo 3º - A Publicidade dos Atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos ou entidades municipais deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou funcionários públicos.

Art. 83 – A publicação das leis e atos municipais será feita pela imprensa oficial do Estado.

Parágrafo 1º - A publicação dos atos não normativos poderá ser resumida.

Parágrafo 2º - Os atos de efeitos externos só produzirão efeito após a sua publicação.

Capítulo III

Das Obras e Serviços Municipais

Art. 84 – A realização de obras públicas municipais deverá estar adequada às diretrizes do Plano Diretor.

Art. 85 – Ressalvadas as atividades de planejamento e controle, a Administração Municipal poderá desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que conveniente ao interesse público, à execução indireta, mediante concessão ou permissão de serviço público ou de utilidade pública, verificado que a iniciativa privada esteja suficientemente desenvolvida e capacitada para o seu desempenho.

Parágrafo 1º - A permissão de serviço público ou de utilidade pública, sempre a título precário, será outorgada por decreto, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente. A concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência.

Parágrafo 2º - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços concedidos ou permitidos, desde de que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

Art.86 – Lei específica disporá sobre:

- I – o regime das 3mpresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos ou de utilidade pública, o caráter especial de seu contrato ou de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
- II – os direitos dos usuários;
- III – política tarifária;
- IV – a obrigação de manter serviço;
- V - as reclamações relativas a prestação de serviços públicos ou de utilidade pública.

Parágrafo único – As tarifas dos serviços públicos ou de utilidade pública deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo em vista a justa remuneração.

Art. 87 – Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienação serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas das propostas, nos termos da lei, a qual permitirá somente as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis a garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 88 – O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum mediante convênio com o Estado, União ou entidades particulares ou mediante consórcio com outros municípios.

Parágrafo 1º - A constituição de consórcios municipais dependerá da autorização legislativa.

Parágrafo 2º - Os consórcios manterão um Conselho Consultivo, do qual participarão os municípios integrantes, além de uma autoridade executiva e um Conselho Fiscal de municípios não pertencentes ao serviço público.

Parágrafo 3º - Independência de autorização legislativa e de exigências estabelecidas no parágrafo anterior o consórcio constituído entre municípios para a realização de obras e serviços cujo o valor não atinja o limite exigido para licitação mediante convite.

Capítulo IV

Dos Bens Municipais

Art 89 – Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, diretos e ações que, a qualquer título pertencem ao Município.

Art. 90 – Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quando àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 91 – A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado será sempre precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:

- I- quando imóveis, dependerá da autorização legislativa e concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:
 - a) doação, constando da lei e da escritura pública os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato.
 - b) permuta;
- II – quando móveis, dependerá de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:
 - a) doação, que só é permitida apenas para fins de interesse social;
 - b) permuta;
 - c) vendas de ações, que será obrigatoriamente efetuada em Bolsa.

Parágrafo 1º - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência. A concorrência poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

Parágrafo 2º - A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultantes de obra pública, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa. As áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienados nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não.

Art. 92 – A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 93 – O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e quando houver interesse público devidamente justificado.

Parágrafo 1º - A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominicais dependerá de lei e concorrência e far-se-á mediante contrato sob pena de nulidade do ato. A concorrência poderá ser dispensada, mediante lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, as entidades assistenciais ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

Parágrafo 2º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente será outorgada mediante autorização legislativa.

Parágrafo 3º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto.

Parágrafo 4º - A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividade ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, salvo quando para o fim de formar canteiro de obra pública, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obras.

Art.94 – Poderão ser cedidos a participar, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do Município e o interessado recolha previamente a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens no estado em que os haja recebido.

Art. 95 _ Poderá ser permitido a particular, a título oneroso ou gratuito, conforme o caso, o uso do subsolo ou do espaço aéreo de logradouros públicos para construção de passagem destinada à segurança ou confortos dos transeuntes e usuários ou para outros fins de interesse urbanísticos, mediante, prévia autorização legislativa.

Capítulo V

Dos Servidores Municipais

Art . 96 __ O Município estabelecerá em lei o regime jurídico de seus servidores, atendendo às disposições, aos princípios e aos direitos que lhe são aplicáveis pela Constituição Federal, dentre os quais, os concernentes a:

I - salário mínimo, capaz de atender às necessidades vitais básicas do servidor e as de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, com reajustes periódicos, de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim;

II - irredutibilidade do salário ou vencimento, observado o disposto no artigo 115.

III – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebam a remuneração variável.

IV- décimo terceiro salário, com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V – remuneração do trabalho noturno superior ou diurno.

VI- salário família aos dependentes.

VII – duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, na forma da lei;

VIII – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

IX – serviço ordinário com remuneração, no mínimo superior em 50% (cinquenta por cento) a do normal;

X – gozo de férias anuais remuneradas em, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XI – licença remunerada a gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 (cento e vinte) dias, bem como licença paternidade nos termos fixados em lei;

XII – redução dos riscos inerentes de trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XIII – adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XIV – proibição de diferença de salário e de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

Art.97 – É garantido o direito a livre a associação sindical. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei própria.

Art. 98 – A primeira investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração. O prazo de validade do concurso será de até 2 (dois) anos, prorrogável por uma vez por igual período.

Art.99 – Será convocado para assumir cargo ou emprego aquele que for aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, com prioridade, durante o prazo previsto no edital de convocação, sobre novos concursados, na carreira.

Art. 100 – O Município instituirá regime jurídico único para os servidores da administração pública direta, das autarquias e fundações públicas, bem como planos de carreira.

Art. 101 – São estáveis, após (dois anos) de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

Parágrafo 1º - o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Parágrafo 2º - invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

Parágrafo 3º - Extinto o cargo ou declara sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo sem prejuízo financeiro do mesmo.

Art. 102 – Os cargos em comissão e funções de confiança na administração pública serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.

Art. 103 – Lei específica reservará percentual dos empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

Art. 104 – Lei específica estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 105 – O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente;

- a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviços, se homem, e aos 30 (trinta) anos se mulher, com proventos integrais;
- b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25(vinte e cinco), se professora, com proventos integrais;
- c) aos 30(trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25(vinte e cinco) anos se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;
- d) aos 65 (sessenta e cinco) de idade se homem, e aos 60 (sessenta) anos se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Parágrafo 1º - A lei poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, “a” e “c” no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, examinados caso a caso pelo legislativo.

Parágrafo 2º - A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos e/ou empregos temporários.

Parágrafo 3º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Parágrafo 4º - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, e estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

Parágrafo 5º - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto em parágrafo anterior.

Art.106 – A revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á, sempre na mesma data e com os mesmos índices.

Art. 107 – A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos a Administração Direta ou Indireta, observado, como limite máximo, os valores recebidos como remuneração, em espécie pelo Prefeito.

Art. 108 – Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo poder executivo.

Art. 109 – A lei assegurará aos servidores da Administração direta isonomia de vencimentos entre cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Art. 110 – É vedada a vinculação ou equiparação de vencimento, para efeito de remuneração de pessoal de serviço público municipal, ressalvado o disposto no artigo anterior.

Art. 111 – É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

I – a de dois cargos de professor;

II – a de um cargo de professor com outro de técnico ou científico;

III – a de dois cargos privativos de médico.

Parágrafo Único – A proibição de acumular estende-se a emprego e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas no poder público.

Art. 112 – Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor públicos não estão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimo ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Art. 113 – Os cargos públicos serão criados por lei, que fixará sua denominação, padrão de vencimentos, condição de provimento e indicará os recursos pelos quais serão pagos seus ocupantes.

Parágrafo Único – A criação e extinção dos cargos da Câmara, bem como a fixação e alteração de seus vencimentos, dependerão de projeto de lei de iniciativa da Mesa.

Art.114 – O servidor municipal será responsável civil, criminal e administrativamente pelos atos que praticar no exercício de cargo ou função ou a pretexto de exercê-lo.

Parágrafo Único – Caberá ao Prefeito e ao Presidente da Câmara decretar a prisão administrativa dos servidores que lhes sejam subordinados, omissos ou remissos na prestação de contas de dinheiros públicos sujeitos à sua guarda.

Art. 115 – O servidor municipal poderá exercer mandato eletivo, obedecidas as disposições legais vigentes.

Art. 116 – Os titulares de órgãos da administração de Prefeitura deverão atender convocação da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos sobre assuntos de sua competência.

Art. 117 – O Município estabelecerá, por lei, o regime previdenciário de seus servidores.

TÍTULO IV

Da Administração Financeira

Capítulo I

Dos Tributos Municipais

Art. 118 – Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

- I – imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana;
- II – Imposto sobre a transmissão “inter vivos”, a qualquer título por ato oneroso;
 - a) de bens imóveis por natureza ou acessão física;
 - b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
 - c) cessão de direitos à aquisição de imóvel;
- III – imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, exceto óleo diesel;
- IV – imposto sobre serviços de qualquer natureza, não incluídos na competência estadual compreendida no artigo 155, I, “b” da Constituição Federal, definidos em Lei Complementar;
- V – taxas:
 - a) em razão do exercício do Poder de Polícia;

b) pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

VI – contribuição de melhoria, decorrente de obra pública;

VII – contribuição para o custeio de sistemas de previdência e assistência social.

Parágrafo 1º - O imposto previsto no inciso I será progressivo, na forma a ser estabelecida em lei, de modo a assegurar o cumprimento da função social de propriedade.

Parágrafo 2º - O imposto previsto no inciso II:

a) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrecadamento mercantil;

b) incide sobre imóveis situados na zona territorial do Município.

Parágrafo 3º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Parágrafo 4º - A contribuição prevista no inciso VII será cobrada dos servidores municipais e em benefício destes.

Capítulo II

Das Limitações Ao Poder de Tributar

Art. 119 – É vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributo sem que a lei estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontram em situação equivalente, observada a proibição constante do artigo 150, inciso II, da Constituição Federal;

III – cobrar tributos:

a) relativamente a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da Lei que os houver instituído ou aumentado.

b) No mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada e lei que os instituiu ou aumentou;

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V – instituir impostos sobre:

a) patrimônio e serviços da União e dos Estados;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio e serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

VI- conceder qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária, senão mediante a edição de lei municipal específica;

VII – estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

VIII - instituir taxas que atendem contra:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de Poder;
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

Capítulo III

Da Participação do Município nas Receitas Tributárias

Art. 120 – Pertence ao Município:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incide na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município, suas autarquias e fundações que institua e mantenha;

II- 50% (cinquenta por cento) do produto de arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no território do Município;

III – 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território do Município;

IV – 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadoria e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Capítulo IV

Do Orçamento

Art. 121 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

Parágrafo 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma setorizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração para despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.

Parágrafo 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

Parágrafo 3º - O Poder Executivo publicará, até 30(trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Parágrafo 4º- Os planos e programas setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

Art. 122 – A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes Municipais, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

II – o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a elas vinculados, da administração direta ou indireta, bem como fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Parágrafo 1º - O projeto de lei orçamentária será instruído com demonstrativo setorizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções. Anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Parágrafo 2º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo a proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 123 – Os projetos de lei relativos ao orçamento anual ao plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma de seu regimento.

Parágrafo 1º - Caberá a uma comissão especialmente designada:

I – examinar e emitir parecer sobre projetos, planos e programas, bem assim como as contas apresentadas pelo prefeito;

II – exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

Parágrafo 2º - As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas pela Câmara Municipal.

Parágrafo 3º - As emendas ao Projeto de lei do orçamento anual ou de créditos adicionais somente poderão ser aprovados quando:

I – compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indique os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos dos que incidem:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviços de dívida.

III – relacionados com a correção de erros ou omissões,

IV - relacionados em os dispositivos do texto do projeto de lei;

Parágrafo 4º - As emendas do projeto de lei de diretrizes orçamentárias somente poderão ser aprovadas quando compatíveis com planos plurianual.

Parágrafo 5º - O Poder Executivo poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificações nos Projetos a que se refere esse artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão especial, da parte cuja alteração é proposta.

Parágrafo 6º - Os projetos de lei do plano plurianual, os das Diretrizes orçamentária se do orçamento anual serão enviados pelo prefeito À Câmara Municipal, obedecidos os créditos a serem estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo 7º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo no que não contrariar o disposto neste capítulo as demais normas relativas ao Projeto legislativo.

Parágrafo 8º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 124 – São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedem os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de crédito que excedem o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pila Câmara por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvada a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, como está estabelecido na constituição Federal, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita;

V – abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou a utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou déficit de empresas fundações e fundos;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

Parágrafo 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob a pena de crime de responsabilidade.

Parágrafo 2º - Os créditos especiais extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 4(quatro) meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Parágrafo 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender às despesas imprevisíveis e urgentes.

Art. 125 – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias inclusive créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês, na forma da Lei Complementar.

Art. 126 – A despesa com o pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder aos limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo Único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista;

Título V

Da Ordem Econômica e Social

Capítulo I

Disposições Gerais

Art . 127 – O Município dentro de sua competência, organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

Art . 128 – A intervenção do Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade sociais.

Art . 129 – O trabalho é obrigação social, garantindo a todos o direito ao emprego e á justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

Art . 130 – O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucro, mas também como meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo.

Art . 131 – O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem-estar social, sem distinção de classe.

Parágrafo Único – São isentas de impostos as respectivas cooperativas.

Art . 132 – O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer a ampla fiscalização de serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Parágrafo Único –A fiscalização de que trata este artigo compreende o exame contábil e as perícias necessárias à apuração das inversões de capital e de lucros auferidos pelas empresas concessionárias.

Art . 133 – O Município dispensará à microempresa de pequeno porte, assim definidas em lei federal, tratamento jurídico diferenciado visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas, por meio de leis, observado o disposto no artigo 131.

Capítulo II

Da Previdência e Assistência Social

Art . 134 – O Município, dentro de sua competência , regulará o serviço social favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a este objetivo.

§ 1º - caberá ao Município promover e executar as obras que por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2º - O Plano de Assistência Social do Município nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e recuperação dos elementos desajustados, visando a um desenvolvimento social harmônico consoante previsto no artigo 203 da Constituição Federal.

Art . 135 – Compete ao Município suplementar se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos na lei federal.

Capítulo III

Da Saúde

Art . 136 – Sempre que possível, o Município promoverá;

I – Informação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino primário;

II – serviços hospitalares e dispensários, cooperando com a União e o Estado, bem como as iniciativas particulares e filantrópicas;

III – combate a moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

IV – combate ao uso de tóxico;

V – serviços de assistência à maternidade e à infância.

Parágrafo Único – compete ao Município complementar, se necessário, a legislação Federal e a Estadual que disponham sobre a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços de saúde, que constituem um sistema único.

Art . 137- A inspeção médica, nos estabelecimentos de ensino municipal terá caráter obrigatório.

Parágrafo Único – Constituirá exigência indispensável à apresentação, no ato da matrícula, de atestado de vacina contra moléstias infecto-contagiosas.

Art .138 – O Município cuidará do desenvolvimento das obras e serviços relativos ao saneamento e urbanismo, com a assistência da União e do Estado, sob condições estabelecidas na lei complementar federal.

§ 1º - Torna-se obrigatório o suprimento alimentar a todas as crianças carentes do Município.

§ 2º - Fica obrigatório a coleta de amostra da água que serve a população levando em laboratório, para exames periódicos de 30 em 30 dias no máximo. Fazendo o tratamento imediato caso constatar existência de Vírus, Bactérias Impurezas, etc

Capítulo IV

Da Família, da Educação da cultura e do Desporto

Art . 139 – O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais dispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§ 1º - Serão proporcionadas aos interessados todas as facilidades para a celebração do casamento.

§ 2º - A lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e aos excepcionais.

§ 3º - Compete ao Município complementar e legislação federal e estadual dispendo sobre a proteção à infância, à juventude e às pessoas portadoras de deficiência, garantindo -lhes o acesso a logradouros, edifícios públicos e veículos de transporte coletivo.

§ 4º - Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I – amparo às famílias numerosas e sem recursos;

II – ação contra os males que são instrumentos da dissolução da família;

III – estímulo aos pais e às organizações sociais para formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;

IV – colaboração com as entidades assistenciais que visem à proteção e educação da criança;

V – amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida;

VI – Colaboração com a União, o Estado e com outros Municípios para a solução do problema dos menores desamparados ou desajustados, através de processos adequados de permanente recuperação.

Art. 140 – O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observado o disposto na Constituição Federal.

§ 1º - Ao Município compete suplementar, quando necessário, a legislação federal e a estadual, dispondo sobre a cultura.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município, incluindo-se o 13 de maio como feriado Municipal, em comemoração à raça negra.

§ 3º - O teatro de rua, a música, por suas múltiplas formas e instrumentos, a dança, a expressão corporal, o folclore, as artes plásticas, as cantigas de roda, entre outras, são consideradas manifestações culturais.

§ 4º - todas as áreas públicas, especialmente os parques, jardins e praças públicas são abertas às manifestações culturais.

§ 5º - Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

Art. 141 – O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a eles não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino,

IV – atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental ,através de programas suplementares de material didático – escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

VIII – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, acionável mediante mandado de injunção.

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade de autoridade competente.

§ 3º - Compete ao poder público recensear ao educandos no ensino fundamental fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à aula.

Art. 142 – O sistema de ensino Municipal assegurará aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar.

Art. 143 – O ensino primário (1º grau) no Município, será gratuito e atuará, prioritariamente, no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do Município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou por seu representante legal ou responsável.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em Língua Portuguesa.

§ 3º - O Município orientará e estimulará, por todos os meios, a Educação Física, que será obrigatória nos estabelecimentos Municipais de ensino e nos particulares que recebem auxílio do município.

Art. 144 – O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas às seguintes condições;

- I – cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II – autorização e avaliação de qualidade pelos órgãos competentes.

Art. 145 – Os recursos do município serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei federal que:

- I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
- II – assegurarem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Município, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo serão destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Município obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

Art. 146 – O Município auxiliará, pelos meios ao seu alcance, as organizações beneficentes, culturais e amadoristas, nos termos da lei, sendo que as amadoristas e as colegiais terão prioridade no uso de estádios, campos e instalações de propriedade do Município.

Art. 147 – O Município manterá o professorado municipal em nível econômico, social e moral à altura de suas funções.

Art. 148 – A lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 149 – O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Capítulo V

Da Política Urbana

Art. 150 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o plano de desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico na política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 151 – O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da convivência social.

§ 1º - O Município poderá mediante lei específica, para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento sob pena sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsória;

II – imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate até dez anos em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e de juros legais.

§ 2º - Poderá também o Município organizar fazendas coletivas orientadas ou administradas pelo poder público, destinadas à formação de elementos aptos às atividades agrícolas.

Art. 152 – São isentos de tributos os veículos de tração animal e os demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor, empregados no serviço da própria lavoura ou no transporte de seus produtos.

Art. 153 – Aquele que possuir como sua área urbana que até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos interruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez

§ 3º - Fica proibida a venda do imóvel, conforme disposto no artigo 153.

Art. 154 – Será isento de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana o prédio ou terreno destinado à moradia do proprietário de pequenos recursos, que não possua outro imóvel, nos termos e no limite do valor que a lei fixar.

Capítulo VI

Do Meio Ambiente

Art. 155 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público municipal e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito,incumbe ao Poder Público;

I – preservar-se e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Município e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – Definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo alteração e a supressão permitidas somente através de lei vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, aqui se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetem os animais à crueldade.

Parágrafo 1º - aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Parágrafo 2º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Título VI

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 156 – Incumbe ao Município:

- I –auscultar, permanentemente, a opinião pública; para isso, sempre que o interesse público não aconselhar o contrário, os Poderes Executivo e Legislativo, divulgarão com a devida antecedência, os projetos de lei para o recebimento de sugestões;
- II – adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;
- III – facilitar, no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como as transmissões pelo rádio e pela televisão.

Art. 157 – É lícito a qualquer cidadão obter informação e certidões sobre assuntos referentes à administração Municipal.

Art. 158 – Qualquer cidadão será parte legítima para pleitar a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao Patrimônio Municipal.

Art. 159 – O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Parágrafo Único – Para os fins deste artigo, somente após um ano de falecimento poderá ser homenageada qualquer pessoa, salvo personalidades marcantes que tenham desempenhado altas funções na vida administrativa do Município, do Estado ou do País.

Art. 160 – Os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular, e serão administrados pela Prefeitura Municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

Parágrafo Único – Esta lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal, será promulgada pela Mesa e entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Bias Fortes, de março de 1990

HÉLCIO VICENTE RIBEIRO - PRESIDENTE
AJESUS ALEIXO DA SILVA - VICE-PRESIDENTE
EMÍDIO TADEU BORGES - RELATOR E SECRETÁRIO

VEREADORES:

Vicente Lopes Lisboa
Geraldo Franco
João Silvério Ribeiro
João Evangelista de Oliveira
José Benevides de Paula
Salvador Augusto de Oliveira

